

RIBEIRO, João — **Crítica** Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1961 (volume V das Obras de João Ribeiro) — **Filólogos**), 300 pp.

Excelente trabalho vem Múcio Leão prestando às letras brasileiras, exumando de velhos jornais e revistas os dispersos de João Ribeiro.

Dessa fecunda atividade dá-nos conta a lista de volumes procedentes a êste, todos publicados pela Academia Brasileira de Letras: **Críticos Clássicos e Românticos**, 1952; **Crítica. Os Modernos**, 1952; **Críticas. Poetas. Parnasianismo e Simbolismo**, 1957; **Crítica. Autores de Ficção**, 1959; **Crítica. Críticos e Ensaístas**, 1959.

O presente volume, que enfeixa trabalhos escritos entre 1882 e 1933, estuda diversos filólogos brasileiros, entre os quais Macedo Soares, Silva Ramos, Carlos de Laet, Beaurepaire Rohan, Mário Barreto, Jorge Bertolaso Stella, Laudelino Freire, Américo de Castro, Said Ali, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Pe. Augusto Magne, Ramiz Galvão e outros.

Não se trata pròpriamente de recensões críticas, antes de referências às obras aparecidas, através do que se recomenda, paternalmente, sua leitura. E tocamos aqui a característica principal dêstes escritos, atravessados pelo espírito de acentuada tolerância e bondade de João Ribeiro, qualidades tanto mais de se admirar se nos colocarmos em seu tempo. Tempo de gramatições e puristas, aferrados a um ideal lingüístico classicizante e passadista, escabichadores de galicismos. espanhalho dos estudantes que viam, atônitos e surpresos, seu português de cada dia borrado pelo vermelho da correção professoral, muito preocupada com os galicismos, espanholismos, “brasileirismos”, e outros ismos “não autorizados pelo uso clássico do idioma”.

A êstes João Ribeiro opôs a benevolência de quem sabe reconhecer a precariedade da norma gramatical, tantas vêzes

diluída na incerteza do uso. E' o "equilíbrio instável" de que nos fala, ao analisar as tendências etimologistas e foneticistas na questão de ortografia (p. 293).

Entrando pròpriamente na resenha da obra, verificamos que sua importância reside no relacionar os problemas que mais preocupavam os estudiosos do idioma na época: a questão da Língua Portuguêsa no Brasil, a reforma ortográfica, o galicismo, a constituição do Dicionário da Academia, o problema da língua literária nacional, etc.

Passaremos em revista alguns desses temas, objetivando, especialmente, coligir dados para a apreensão do *idearium* lingüístico de João Ribeiro.

No que respeita à língua literária brasileira, o A. fixa-lhe as bases no quinhentismo português a partir do qual devemos continuar o progresso da língua (pp. 18-19) o que, está visto, não equivale a localizar nêles o manancial normativo da nossa língua: "Os gramáticos inteligentes (...) acabam sempre num enorme ceticismo: há tudo e para tudo nos clássicos, nada é êrro, e tudo se pode defender ou condenar. O pensamento é livre e a palavra também" (p. 145).

Daqui o ter verberado a Laudelino Freire a limitação do programa da *Estante Clássica*, que excluía José de Alencar, por via da "preocupação de purismo, ou lances de lusismo de linguagem" (p. 133).

Igualmente destoante do grosso dos filólogos da época é sua concepção de galicismo, o cavalo de batalha de então. Concepção que o identifica ao pensamento moderno a respeito do assunto (1) como se pode ver por êstes excertos: "Para mim, aliás, o galicismo é tão legítimo como o latinismo, o helenismo ou o anglicismo. Não sei porque há de o francês incorrer nas iras dos vernaculistas com especial desagrado. Compreendo que assim fôsse no tempo da revolução francesa e de Napoleão, quando, por ódio e ira patriótica, surgiu essa guerra lingüística na península" (p. 153). E ainda: "Quem escreve estas linhas não

(1). — Expresso, por exemplo, por um Rodrigues Lapa (*Estilística da Língua Portuguêsa*. Lisboa, Seara Nova, 1945, pp. 44-51), e por um Theodoro Henrique Maurer Jr. ("*A Lingüística e a Gramática*", in *Jornal de Filologia*, I, 2, p. 89 e ss.).

tem em grande aprêço o exagerado grurido da vernaculidade em matéria de galicismo. O galicismo é um fato normal e até indispensável. Foi o galicismo que nos ensinou a precisão de linguagem, a pontuação da escrita e a boa lógica na construção da frase. Apraz-me verificar, quanto a mim, que o professor Afonso Costa, sem ser tão concessivo como eu sou, é muito tolerante, e lealmente confessa que os galicismos em grande número são necessários, inevitáveis e dignos de acolhida” (p. 223).

Criticando embora êsse tipo de estudo gramatical limitado ao policiamento da linguagem, não deixa João Ribeiro de pagar tributo à época: referimo-nos ao empolado das frases, muitas vêzes ericadas de vocabulário estranho ao falar corrente, fervilhando de arcaísmos, tudo muito ao gôsto do momento. São ecos longínquos dessa mania bocados como “o público legente brasileiro” (p. 17), “mostramos a grande charpenta sólida do edifício” (p. 24), “dou-lhes mais uma vez os meus emboras” (p. 46), etc.

Apesar da justificação psicológica dada pelo A. a certos modismos nossos em **A língua nacional**, página que se tornou verdadeiramente antológica (2), a leitura destas notas, contudo, leva-nos a suspeitar que João Ribeiro encarava a língua falada no Brasil com certo complexo de inferioridade. Leia-se, em comprovação: (Mário Barreto em Camilo Castelo Branco) “enxergava um mestre para os nossos crimes dialetais” (p. 47); “No Brasil o que mais impressiona é o vernaculismo, o falar ou escrever bem, preocupação natural a um povo ameaçado pelas diferenciações dialetais e que luta em vão contra elas” (p. 69); “E’ que sabemos bem onde está o remédio das nossas pequeninas doenças dialetais” (p. 117). Não falta aqui a noção nem do fatalismo da doença nem da certeza messiânica da cura.

Ponderemos, concluindo, que tanto a simplicidade dos assuntos versados pelos autores que João Ribeiro comenta, co-

(2). — Ainda que não científica; trata-se da justificação da colocação pronominal brasileira, que mais parece conservadorismo que imposição de nossa psiquê.

mo a própria visão do crítico, devem-se levar à conta de uma época em que se declarava a ciência da linguagem “quase um luxo” (p. 68), e em que o filólogo era um curioso (3).

ATALIBA T. DE CASTILHO

*

Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula. Em comemoração do Centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949-1957, 2 vols., 713 pp.

De 21 a 29 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro, desenvolveram-se os trabalhos do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, por iniciativa da Academia Brasileira de Letras. Organizado para comemorar o primeiro centenário de Rui Barbosa, seu patrono, compunham-lhe a Comissão Organizadora Aloysio de Castro, substituído mais tarde por Gustavo Barroso na presidência da Comissão, Sousa da Silveira, Rodrigo Octávio Filho, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, Levi Carneiro, Celso Vieira, Clementino Fraga, Mário de Sousa Lima.

Duas comissões — de Filologia, presidida por Ismael de Lima Coutinho, e de Literatura e História, presidida por Mário de Sousa Lima —, estiveram encarregadas de dar parecer sobre os trabalhos encaminhados, os quais deveriam obedecer ao seguinte temário:

1. A ação da **Réplica** de Rui Barbosa a favor do sentimento da vernaculidade e o seu significado como exemplificação do “idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que igualmente próprio de ambas, tem a sua unidade, não destruída, nem substituída, mas opulenta pelas variantes dialetais de além e aquém-mar”.

(3). — “Os nossos chamados filólogos representam, de modo geral, certo espírito de curiosidade pelos assuntos lingüísticos; uns freqüentam os textos clássicos com o intuito de achar as formas mais puras e vernáculos da língua; outros, conhecem pela rama alguns resultados mais fáceis e acessíveis da gramática comparada, e contentam-se dêsse saber de origem estrangeira, sem adiantar coisa alguma ao que está feito” (p. 66).

2. A lição e o exemplo de Rui Barbosa de amor à Língua Portuguesa.

3. Rui Barbosa entre os grandes escritores de Língua Portuguesa.

4. A ação de Rui Barbosa a favor da língua portuguesa literária.

5. A língua e o estilo de Rui Barbosa.

6. A língua no romance brasileiro do século XIX.

7. A língua na poesia brasileira no século XIX.

8. Aspectos da língua literária no Brasil do século XX.

9. A língua nos cancioneiros medievais portugueses.

11. A língua na prosa arcaica até o século XIV.

11. A língua na prosa e na poesia quinhentista.

12. A língua portuguesa e a sua expansão no mundo.

13. Revisão das formas vernáculas dos nomes próprios geográficos de outros idiomas.

14. A unidade lingüística no território brasileiro.

15. A língua no folclore brasileiro.

16. Brasileirismos e outros regionalismos da língua portuguesa.

17. A língua familiar nas comédias de Martins Pena.

18. Comparação dos dialetismos continentais, insulares e ultramarinos com os brasileirismos.

19. Variedades dialetais da língua portuguesa.

20. A rima na poesia portuguesa.

21. A rima na poesia brasileira.

22. A versificação portuguesa nos clássicos, nos românticos e nos parnasianos.

23. O ritmo, a versificação, a rima, a aliteração e a onomatopéia na Língua Portuguesa.

Saltando a parte propriamente informativa destes **Anais**, constituída dos capítulos Promoção do Congresso, Sessão Inaugural, Reuniões das Comissões, Sessões plenárias, Moções, propostas e indicações, passaremos a resenhar as teses que e publicaram (1).

(1). — Deixaram de ser publicadas as seguintes teses: Sousa da Silveira — “Fonética Sintática” (Impressa, mais tarde, pela Organização Simões, Rio de

VOLUME I.

A tese de Propício da Silveira Machado — “A lição e o exemplo de Rui Barbosa de amor à Língua Portuguêsa” é um emaranhado de citações de autores e obras (como de pp. 237-243, onde o A. se viu na obrigação de historiar o surgimento da filologia!) ao que se acrescentam excursões pela etimologia (pp. 210-214), frases retumbantes e tiradas acacias, como a que se lê à pág. 230: “...o trabalho constitui indubitavelmente a melhor garantia para a estabilidade econômico-financeira das nações”. Estamos diante, por fim, duma “tese” que não passa de panegírico acadêmico dos mais soporíferos (leia-se a invocação que cerra o trabalho, à pág. 247).

João Ziller, em suas “Observações sôbre o monossílabo se”, após enumerar as funções dessa discutida partícula (entre elas as que êle chama adjunto determinativo e pronome indefinido), toca no ponto crítico da subjetividade do se, concluindo pela possibilidade do fenômeno com os verbos intransitivos e com os transitivos, nas orações em que êle representa um ser indeterminado (construções do tipo “vive-se bem” e “ama-se de balde aos sessenta anos” — p. 261). E’, como se vê, a retomada da célebre página de Said Ali (2), com a variante que o A. opõe vivamente se partícula apassivadora ao se reflexivo (p. 252). Donde se infere que mais uma vez estamos diante da confusão entre função e forma. O Prof. Th. Henrique Maurer Jr., num estudo de rara penetração, contudo, esclarece-nos como, a partir da voz reflexiva, se caracterizou a voz passiva impessoal, passiva mais de forma que de função, quando se constitui com o verbo “uma expressão sem sujeito, designando a ação de um modo indefinido, sem referi-la a qual-

Janeiro, 1952); Amália Costa — “Contribuição para o estudo da língua familiar nas comédias de Martins Pena; Celso Ferreira da Cunha — “Subsídio para o estudo dos encontros vocálicos interverbais nas cantigas trovadorescas”; Max H. Boudin — “Gramática, Vocabulário e Textos da Língua IA-TE”; Cecil Meira — “A lição e o exemplo de Rui Barbosa de amor à Língua Portuguêsa” e Cândido Jucá Filho — “O Estóiro da Bolada está escrito em versos”.

(2). — Cf. Said Ali Ida, M. — *Dificuldades da Língua Portuguêsa*, 5a. ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, pp. 89-104.

quer paciente ou agente” (3). Dá-se um processo de esvaziamento do sentido passivo original, o que permitiu a construção até com verbos intransitivos, fato que o latim não ignorou (**uiuitur, itur, etc.**). Conseqüentemente, temos uma função nova assumida por uma forma passiva: “Assim, quando falamos em uma passiva impessoal em português, ou nas línguas românicas em geral, está claro que nos referimos a uma função assumida por uma forma passiva, ou antes, como preferíamos dizer, por uma forma **reflexo-passiva**, pois na realidade o próprio sentido passivo é secundário”. Leia-se ainda: “Mas, sabido que a passiva original, omitindo o sujeito, se esvaziou do sentido passivo, passando a exprimir simplesmente uma ação verbal indefinida, é fácil de ver como ela pode acabar por admitir um objeto direto”. E: “Quando bem compreendida esta diferença entre forma e função, vê-se imediatamente que desaparece toda necessidade de falar em forma ativa no caso de construções portuguesas como, **trabalha-se diariamente** aqui e semelhantes, nem é preciso ver no reflexivo se um sujeito, como tantas vezes se tem pretendido, violentando os fatos da língua” (4).

Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro Filho — “A língua e o estilo de Rui Barbosa”: o conteúdo não corresponde ao título, infelizmente. O trabalho é um longo desfiar de loas às “louçainhas, donaires e graças com que Rui Barbosa esmaltava e alindava a elocução”, tudo isso amortalhado num estilo passadista, insuportável.

J. Mattoso Câmara Jr. — “A rima na poesia brasileira”: trabalho dividido em três partes; na primeira, estuda o que de próprio se pode localizar na rima brasileira, quando a contrapomos à de Portugal; examina, então, as rimas nus/azuis, traz/mais, onde evidencia o surgimento mecânico do iode com chiante pós-vocálica (5). Na segunda parte, aprofunda o problema das rimas aparentemente imperfeitas: “E” essencial para a boa

(3). — Cf. Maurer Jr., Th. Henrique — *Dois problemas da Língua Portuguesa. O infinito pessoal e o pronome se*. São Paulo, 1951, p. 53.

(4). — Id., *Ibid.*, pp. 53, 54, 58, respectivamente.

(5). — O mesmo A. retomaria o assunto em *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro, Edição da Organização Simões, 1953, p. 55.

compreensão das rimas dos poetas brasileiros, não esquecer que a sua temática se pauta por uma pronúncia natural e está primacialmente em função da imagem auditiva” (p. 305). Analisa rimas do tipo Vênus /serenos, visse/superfície e ricos/oblíquos, moléstias/résteas, cérula/pérola, vou/avô, beijo/desejo, procedendo, sempre, à justificação fonêmica de tais rimas. Apenas a título de curiosidade, anotemos aqui a importância de tais estudos para a apreensão da pronúncia regional; é o caso de Vicente de Carvalho, que rima **mortais** com **fatais** e **guaianás** com **incapaz**, na mesma composição, porque o poeta, “como paulista, é de um território onde não se palatiza o /s/ pós-vocálico, parece diferenciar cuidadosamente o ditongo e a vogal simples antes de /s/ na mesma sílaba” (p. 316). Finalmente, na terceira parte, estuda as rimas inconcussamente imperfeitas: virgem/vertigem, festa/orquestra, sirtes/tristes, estreita/violeta, noite/açoute, chega/verga, fundo/tudo, enlévo/mancebo, hoje/foge.

Walter Spalding — “A linguagem popular brasileira, especialmente no rio Grande do Sul e o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende”: trata-se de mais um trabalho de levantamento dos arcaísmos correntes no Brasil; o principal mérito do trabalho reside no extenso vocabulário popular brasileiro usado no Rio Grande do Sul e atestado no “Cancioneiro Geral de Garcia de Resende”, que o A. coligiu: “Fica, dessarte, provado que as chamadas deturpações da língua pelo povo inculto, representam, apenas, o linguajar quinhentista e seiscentista, conservado, como dissemos, pelo isolacionismo cultural em que se manteve nosso bom povo do interior brasílico, e, m grande parte, ainda se mantém... porque escolas .. não há” (p. 368).

VOLUME II.

Sílvio Elia — “A unidade lingüística do território brasileiro”: servindo-se de diversos estudos sôbre os falares brasileiros, o A. demonstra a unidade essencial que preside a êsses

falares, passando-lhes em revista a morfologia, o léxico, a sintaxe e a fonética. As causas dessa unidade segundo Sílvio Elia são: fatores psico-social (vocação da unidade inerente ao espírito português), religioso, geográfico, etnográfico (os colonizadores portugueses procederam das mais diversas partes da metrópole, de sorte que as variantes dialetais portuguesas, já de si diminutas, se fundiram num denominador comum em terras americanas) e lingüístico (conservadorismo típico que asalta as línguas transplantadas).

Phocion Serpa — “Álberto de Oliveira”: iniciando o ensaio por umas reminiscências, pois Phocion Serpa privou com Alberto de Oliveira, faz a seguir o A. um breve estudo da face menos conhecida do célebre parnasiano: as composições satíricas de A. de Oliveira. Foram publicadas com pseudônimo, e intituladas “Lira Acaciana”, e eram endereçadas a certo político da época. Enriquecem o ensaio algumas notas bibliográficas sobre o poeta.

Serafim da Silva Neto — “A língua portuguesa e a sua expansão”. Analisa o conhecido filólogo neste trabalho as conseqüências da expansão da língua portuguesa pelo mundo, passando em revista, mais particularmente, a constituição dos falares crioulos (6). Como sempre, importante bibliografia instrui o artigo, estudando-se até os crioulos não românicos.

Celso Kelly — “A questão dos neologismos e arcaísmos na Réplica de Rui Barbosa”. Trata-se da análise da posição de Rui face ao problema do neologismo e do arcaísmo. Redator de leis, não pôde Rui Barbosa transigir com as novidades lingüísticas, afastando-se dos neologismos e apegando-se aos arcaísmos, uma vez que o texto de lei “tem que ser vazado na linguagem estável e aceita” (p. 128). Objetivando o levantamento do pensamento teórico de Rui Barbosa sobre o assunto, não traz este trabalho as abonações que demonstrassem a execução prática daquele idearium.

(6). — O texto vem reproduzido nos seguintes locais: Brasília, vol. V, 3-28, Coimbra, 1950. História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1952, pp. 427-442 (com ligeiras alterações nos títulos).

Carlos Burlamaqui Kopke — “O estilo de Rui Barbosa”: revelando uma preocupação de clareza terminológica que se cifra pelas diversas notas explicativas de rodapé, conclui C. B. Kopke neste ensaio (7) que em Rui Barbosa predominam a elaboração racional do estilo, o emprêgo de imagens pensadas, a intuição da realidade em têrmos concretos, e o estilo interpretativo ou meditativo.

Oscar Bastian Pinto — “Reflexões acêrca da expansão da língua portuguêsa no mundo”. São de duas ordens estas reflexões: a importância do Império Zóerico no Oriente e do seu veículo, o português, língua-franca naquelas partes, usada até por outros povos europeus que tinham interêsses no Oriente. Refere-se, também, aos livros impressos em português, na Índia, pelos pregadores católicos e protestantes (p. 167). Depois, vem o estudo do português na América, com o relacionamento de alguns vocábulos novos que se tiveram de buscar para a designação das “coisas consideráveis novamente achadas” (p. 179). Encerra o trabalho com algumas considerações sobre os brasileirismos.

Antônio Soares Amora — “Declaração da poesia trovadoresca portuguêsa”. Em estudo bastante original, localiza o Prof. Amora no tecido rítmico da poesia trovadoresca três aspectos: ritmo lógico (determinado pelos segmentos lógicos do discurso: “Estes meus olhos nunca perderán, / senhor, // gran coyta, / mentr’eu vivo fôr”; //), ritmo emotivo (dado pela sucessão de vibrações emotivas: “Estes meus olhos nunca perderán, senhor, gran coyta, mentr’eu vivo fôr”;) e ritmo melódico, que é uma sucessão de segmentos declamatórios determinados pelo icto e pela pausa melódica: “Estes meus o)lhos nun)ca perderán, senhor,) gran coy)ta, men)tr’eu vivo fôr”,)) — p. 201. Ligados a êstes ritmos estão a quantidade silábica e o andamento; a observação de tais dados nos leva à “reconstituição artística dessa velha poesia, mas reconstituição por via da declamação, com o objetivo de repô-la na sensibilidade, na emoção, na simpatia do leitor moderno” (p. 195).

(7). — Reproduzido em Quando a Gramática e a Estilística se encontram... São Paulo, Edição da Sociedade de Estudos Filológicos, 1980, pp. 15-25.

Odilon de Oliveira — “A língua português no Brasil”: alinhando algumas particularidades do português do Brasil (influências tupis e africanas) e utilizando-se de bibliografia desigual (um livro didático como o **Manual da Língua Português** de A. de A. Tôrres e J. Nelino de Melo ao lado de outras obras com enderêço diverso, como as de Paiva Boléo, Sílvio Elia, etc.), conclui o A. pelo lusimo de nossa língua. Algumas afirmações, contudo, comprometem o tom científico do ensaio; refiro-me a declarações como “Em remotíssimos tempos a América recebeu, da Atlântida, fortes núcleos colonizadores, que, desde logo, trataram de introduzir seu idioma” e “com o decorrer do tempo, os colonizadores foram-se cruzando com os aborígenes, inferiores racialmente, e remanescentes de sub-raças lemurianas” (p. 228).

Aires da Mata Machado Filho — “Uso e abuso da expressão **o mesmo**”. A palavra **mesmo**, devido à sua origem, exerce a função dêitica por excelência, exprimindo a identidade. Ora, como os pronomes pessoais têm função vicária, acha o A. que não é correto empregar “o mesmo” por “êle” em frases como “os faltosos foram punidos; apareceu uma denúncia contra os mesmos”. Tal êrro, encontrado até em bons autores, se deve à ultrclareza. Aparece também em lugar de **êste**: “relação de nomes de animais, ou de partes do corpo dos mesmos e do do homem”.

Herbert Parentes Fortes — “A língua e a estilística do Romantismo especialmente em Gonçalves Dias e José de Alencar”. O A., que já foi considerado o lingüísta do Modernismo (8), começa por explicar o Romantismo (“E’ porta de entrada de tôda transfiguração espiritual. E’ o estilo de tôda transcendência em revelação” — p. 261), o sentido do Indianismo de G. Dias, para cair, finalmente, em seu tema predileto, o problema da língua falada no Brasil. Comenta, aqui, uma carta de G. Dias a Pedro Nunes Leal, em que o poeta declara acreditar que ainda havemos de modificar altamente o português, por “fatôres estranhos à vontade do homem”, conforme

(8). — Cf. Coutinho, Afrânio — *A Literatura no Brasil*, vol. III, tomo I. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959, p. 103.

explica H. P. Fortes (p. 273). G. Dias condicionava a influência da tradição clássica à fidelidade do escritor à nossa realidade lingüística. Prepara-se para documentar êsse pensamento crítico de G. Dias através de suas poesias, o que finalmente não faz, a não ser que consideremos válidos seu atestado de óbito passado para as **Sextilhas de Frei Antão**, e o relacionamento de termos tupis usados pelo poeta maranhense. Quanto a José de Alencar, serviu apenas para figurar no título, desde que não é estudado.

Jayme Cortesão — “A língua portugüesa como expressão histórica”: sublinhando a experiência náutica do povo portugüês patenteada pela grande cópia de expressões marítimas incorporada ao falar corrente (os negócios vão de vento em pôpa, navegar na esteira de outros, vir à tona, andar à toa, aproveitar a maré, perder a tramontana, ir a pique, sondar alguém, não meter prego sem estopa, etc.), demonstra-nos neste primoroso ensaio a veracidade da afirmação segundo a qual a língua é o espelho da inteligência e do caráter de cada povo. E o faz examinando a comédia de Jorge de Vasconcelos, a **Eufrosina**, onde o elevado número de adágios populares recolhidos (cêrca de 639) nos dá a medida de como o portugüês costuma “erigir a sabedoria e a ética popular em religião natural” (p. 317).

Manuel de Said Ali Ida — “Alterações fonéticas de **senhor, senhora**”: examina-se sob êste título um caso de fonética sintática que ascende ao latim vulgar: a evolução de **seniore** para **seu, seo, sô** no portugüês, (ital. **sor**, esp. **sô**, fr. **sire** e **sieur**). Também Sousa da Silveira apresenta curiosas evoluções devidas à posição da palavra no contexto frásico (9).

Phocion Serpa — “O Brasil na **Âncora Medicinal**”: neste trabalho relacionam-se as aves, animais e vegetais brasileiros que entram na **Âncora Medicinal** de Francisco da Fonseca Henriques, o “doutor Mirandela”, como era conhecido. A **Âncora Medicinal** é um tratado de hiegene escrito “para os que não

(9). — Silveira Sousa da — *Fonética Sintática*, ed. cit. Analisa a formação de termos e expressões como *evém, xô vê, cadê*.

são médicos” (p. 328), e que teve grande sucesso quando de seu aparecimento, em 1745.

Não é fácil resumir em poucas palavras o valor dos trabalhos aqui brevemente relatados; com efeito, trata-se de teses bastante desiguais, ombreando a pesquisa científica, de sabor original, com o panegírico acadêmico, pesado e fastidioso.

Em conclusão, apenas poderíamos lastimar que temas originais e de grande importância para a história da língua — ainda por fazer! —, como os que no temário do Congresso receberam os números 6, 7, 8 e 15, deixassem de ser versados.

ATALIBA T. DE CASTILHO

*

GRIMAL, Pierre — A La Recherche de l'Italie Antique. Paris, Hachette, 1961, 362 pp.

Inicialmente, podemos afirmar que um dos principais valores da obra em epígrafe é o de colocar o leitor a par do estado atual das inúmeras questões suscitadas acêrca dos problemas que envolvem a península itálica.

E', apesar das extremas dificuldades do assunto, uma obra de leitura agradável, que podemos recomendar a todos os estudiosos de antigüidades, e que tem a pretensão da mais completa objetividade e imparcialidade, à luz dos mais recentes estudos; isto, porém, não exime o Autor de tomar, vez por outra, partido por uma opinião, argumentando ao lado de eminentes arqueólogos, trazendo fatos seguramente comprovados e recusando meras hipóteses, fazendo-se guiar em tudo por duas virtudes que deveriam ser peculiares a todo arqueólogo: a prudência e o bom senso.

Além dêste aspecto, a obra nos apresenta, numa síntese clara e precisa, uma vasta bibliografia de estudos realizados desde os primórdios da arqueologia até os dias atuais, incluindo relatórios, memórias, dissertações, obras críticas, indispensáveis a quem desejar adquirir o conhecimento da vida e da civilização, com seu apogeu e declínio, dos antigos povos da Itália.

Na leitura dêste livro, aprendemos e deploramos com o Autor o saque sistemático praticado sôbre os vestígios das mais

antigas civilizações durante tôda a Idade Média, que via naquilo uma mina quase inesgotável de material para as suas construções. Vemos mais recentemente o trabalho atabalhoado, assistemático, de pseudo-arqueólogos, graças a quem muitas vêzes inúmeras jóias autênticas do passado foram irremediavelmente perdidas. Vemos, enfim, o desaparecimento ou a destruição de peças valiosíssimas, ocasionados por colecionadores particulares e seus fornecedores, por simples curiosos e por caçadores de “tesouros”, uma verdadeira plethora de ignorantes ou de inescrupulosos que tanto mal causaram à ciência.

Entrando pròpriamente na análise da obra, devemos dizer que as conclusões aqui encontradas não são, nem poderiam ser, definitivas, visto que as escavações prosseguem em ritmo constante em tôda a Itália, e que cada temporada de buscas traz novos frutos, que se acrescentam ao acervo já considerável de conhecimentos adquiridos, mas sempre precários. E o Autor, com a perfeita consciência dêste fato, declara: “Entretanto, talvez não seja inútil, desde já, tentar um quadro provisório, ainda que sòmente para medir o caminho percorrido de dois séculos para cá” (p. 27); êle sabe que, dentro de poucos anos, talvez, êste livro esteja superado; êle talvez deseje, como nós desejamos, que novos e abundantes achados tragam novos e importantes conhecimentos, destinados quiçá a modificar, até mesmo a destruir teorias paciente e sâbiamente elaboradas ao longo dos anos. Tudo isso não importa: saberemos um dia reconhecer a Grimal o mérito de ter-nos dado, com esta obra excelente, um apanhado geral, um ótimo resumo de dois séculos de tentativas, de êxitos, de malogros, de esperanças.

Quatro capítulos são dedicados a Roma: aqui aprendemos de que maneira a Cidade Eterna, ao contrário do que poderíamos esperar do tão falado espírito conservador dos Romanos, sofreu constantes alterações na sua estrutura edilícia; freqüentemente, não por reais necessidades, mas por desejo de renovação e até por simples vaidade, os homens públicos procederam, ao longo dos séculos, a transformações por vêzes radicais. Daí a afirmação, que poderá parecer paradoxal, de que “os primeiros destruidores da Roma antiga foram os próprios An-

tigos” (p. 30), e as imensas dificuldades com que se defrontam hoje os arqueólogos no árduo trabalho de reconstituição daquilo que se perdeu, mesmo porque um processo comum de construção consistia no parcial aproveitamento do material já existente, sob forma de alicerces e de partes não visíveis da nova construção. Por outro lado, desde a Idade Média muitos edifícios, geralmente da época imperial, foram utilizados para o culto cristão, ad vindo daí sua conservação, embora relativa. Um dos exemplos mais característicos dêste estado de coisas é constituído pelo Pantheon, transformado em igreja e consagrado à Virgem em 609 pelo Papa Bonifácio IV e admiravelmente conservado até hoje, apesar das numerosas modificações a que foi sujeito. Mas, em geral, a destruição quase metódica continuou: “Roma antiga não será reconstruída” (p. 74).

Sobre as origens da cidade, baseando-se nos trabalhos principalmente de Boni, Vaglieri e Puglisi, conclui o Autor que existiu desde o século VIII uma aldeia de cabanas de civilização lacial, no Palatino, e outras aldeias semelhantes que, descendo das colinas, chegaram a ocupar o local do atual Foro Romano; as primeiras construções em pedra datam aproximadamente da metade do VI século, e são provavelmente de influência etrusca. Roma surgiu como cidade quando o Foro se transformou, com o aumento da população proveniente de vários lugares, no centro da vida pública, e “resultou da síntese de elementos heterogêneos e não do desenvolvimento unilinear e harmonioso de uma cidade que se teria organizado por suas próprias fôrças e teria evoluído de maneira autônoma” (p. 106).

Depois de passar em revista a Roma das épocas republicana e imperial, o Autor nos conduz, através do Campo Romano, passando pelas “vilas” de Horácio e de Adriano, a Óstia, admirável exemplo de cidade romana.

Um excelente capítulo é dedicado às cidades da Campânia, Pompéia, Herculano e Stábia, destruídas pela erupção do Vesúvio em 79 da nossa era. Ali as escavações prosseguem e quase todos os dias novas descobertas nos trazem mais alguns conhecimentos acêrca destas cidades em que a vida pulsou até

os últimos instantes e que, por isso mesmo, representam um testemunho valiosíssimo para a compreensão de inúmeros aspectos da vida e da civilização antigas.

O mundo etrusco, que “efetivamente serviu de intermediário entre os Gregos e Roma” (p. 285) é também examinado e o Autor nos dá, em síntese, os resultados adquiridos sobre problemas dos mais controvertidos, como a língua e a origem dos etruscos (seriam eles autóctones?).

A influência grega no sul da península e na Sicília é também salientada, através de um rápido histórico de algumas das escavações nestas regiões, com o resultado de mostrar-nos o caráter peculiar da realidade histórico-cultural siciliana, ponto de convergência de várias civilizações desde a metade do II milênio, testemunho vivo de uma “comunidade mediterrânea, para a qual logo Roma, por sua vez, será irresistivelmente atraída” (p. 341).

O que é Roma? Roma é a resultante de inúmeros elementos, de inúmeros fatores. Uma “chave” que explique de uma vez por tôdas o “milagre romano” não existe. Influências de diferentes civilizações, de existência comprovada e exemplificada pelo Autor através das *terramare*, do célebre guerreiro de Capetrano e, no domínio lingüístico, das *Tabulae Iguinae*, contribuíram para fazer de Roma o que ela foi, no seio de uma “imensa comunidade itálica” (p. 351). E se a imagem de Roma e de tôda a Itália antiga permanece ainda envolvida, em muitos aspectos, de névoa, a esperança de dissipá-las permanece, e a busca continua incessante.

Nada mais temos a acrescentar a respeito da obra de um autor a quem Marcel Durry, em recensão publicada na *Revue des Études Latines*, XXXIX, 410-411, chama “le jeune maître de sa génération”. Apenas um pormenor: um maior número de gravuras, de gráficos, de plantas e desenhos explicativos tornariam ainda mais fácil e atraente a leitura deste livro, principalmente para as pessoas que se iniciam nos mistérios da arqueologia, e que hão de encontrar nesta obra um valioso e inestimável subsídio.

ENZO DEL CARRATORE

KOHNEN, Mansueto, O.F.M. — **História da Literatura Germânica**, 3a. ed. revista, aumentada e ilustrada, Salvador, Editôra Mensageiro da Fé, 1962. Vol II.

Já apareceu dêsse autor bastante famoso a 3a. edição revista, aumentada e ilustrada da **História da Literatura Germânica**. O fenômeno de poder aparecer no Brasil, num espaço de tempo tão curto, a terceira edição de um livro que trata de um assunto relativamente fora dos estudos reais, pois o estudo da língua e literatura alemã só no momento está ganhando uma importância maior, incita a uma crítica um pouco mais particular dessa obra.

Sem dúvida, Mansueto Kohnen possui autoridade absoluta para oferecer não só uma visão geral da literatura alemã, mas também uma introdução minuciosa dos problemas. Letrado, experiente e entusiasmado como nenhum outro, êle oferece a matéria tão difícil e complexa com elegância de estilo e profundidade de saber. Especialmente nos assuntos subordinados, nos pormenores literários, a obra demonstra uma totalidade admirável. Lendo o índice sintético apenas, o leitor, seja êle estudante ou já um profissional, fica admirado com a clareza da disposição. Assim os volumes já existentes, especialmente êsse segundo volume há pouco reeditado, oferecem não só para o estudo de alemão, mas também para o estudo de língua em geral, um exemplo muito precioso e uma plataforma muito útil.

Especialmente dignas de destaque são as muitas provas diretas da literatura germânica oferecidas na própria língua original e, quando foi possível, numa tradução reconhecível. Portanto êsses compêndios valem, além de um simples tratamento científico, como verdadeiros extratos da literatura e permitem um contacto imediato e bastante vivo com os problemas e pensamentos oferecidos. Assim, a **História da Literatura Germânica** de Mansueto Kohnen pode ser considerada verdadeira obra básica e pioneira, cujo valor será, certamente, imorredouro.

Apesar disso, porém, a obra tem algumas características e particularidades, que exigem ser mencionadas para evitar

dúvidas no leitor. Uma leitura rápida dêsse segundo volume já confirma a impressão deixada pelo primeiro volume: quem escreve é realmente um cientista com um ponto de vista claro, mas ao mesmo tempo bastante e evidentemente subjetivo.

Podia-se parcialmente até ter a impressão de que não é, às vezes, o cientista Kohnen quem escreveu essa **História da Literatura Germânica**, mas o clérigo, para quem a condição de pertencer a um grupo de visão elevada e durante séculos experiente é o fato mais importante. Cada historiador tem, sem dúvida, um certo direito a alguma subjetividade, como também cada época vê realmente fatos passados ao prisma dos seus próprios pensamentos e sentimentos. Isso não é uma injustiça para com o assunto desenvolvido na obra. As coisas, porém, começam a tornar-se discutíveis, no momento em que um tal aspecto subjetivo possa modificar a realidade histórica. Na nossa opinião menos não acontece, quando Mansueto Kohnen, por exemplo, julga com sentimentos bem subjetivos a respeito da modificação, que a literatura alemã sofreu formalmente, no momento em que o contacto íntimo com a literatura antiga e as influências espirituais, em consequência da cristianização, conduziram a novas formas. No Vol. I, p. 106, êle diz verbalmente: “Os versos aliterados são substituídos por uma forma disciplinada e clássica”. Ninguém vai negar que realmente existe essa “forma disciplinada e clássica”, mas poucos aclamarão essa formulação de Kohnen, pois ela contém uma clara subestimação da literatura germânica anterior. Até hoje admiramos aquela forma alemã, própria e monumental, que correspondeu tanto à natureza germânica e que tinha uma força de expressão e de beleza própria, como muitas obras “disciplinadas e clássicas” mal podem oferecer.

Um êrro subjetivo é também, na nossa opinião, aquela formulação da p. 107, do mesmo volume, de acôrdo com a qual o homem germânico só teria adquirido, “pela aceitação do Cristianismo, um conceito claro do mundo...”. O homem germânico tinha, muito antes da sua cristianização, uma visão clara do mundo, da vida e da sua existência. Essa visão foi profundamente trágica, mas continha também alegria, consciência de

si mesma e deu impulsos fortes e grandiosos. Portanto, não é certo que apenas o Cristianismo levou êsse homem a um nível espiritual bem elevado. A síntese da época medieval e a grandeza em todos os campos da vida, inclusive no campo religioso, resultaram, ao contrário, de um processo no qual êsse homem germânico, aqui um pouco desrespeitado, até transportou essa fé cristã a uma altura e nobreza, que ela nunca tinha alcançado, nos tempos anteriores. Deve-se mencionar aqui, somente, para provar que a arte romana, apesar dêsse nome em si errado, foi uma arte puramente germânica, que levou o Cristo mediterrâneo, humilde e martirizado, até à altura do Cristo, rei glorioso do universo. A complexidade e totalidade do mundo e do céu é também significante para a estrutura e forma especial do Reich.

O clérigo comete aqui o êrro desculpável em si, mas importante numa obra científica, de ver as coisas através dos óculos subjetivos da sua pertinência. Já nesses séculos tratados, a própria Igreja raramente estêve na situação de poder ver os acontecimentos de forma absolutamente objetiva.

Não faz mal que o leitor saiba apenas que, nesses problemas especiais, o autor julga com alguma subjetividade perdoável. A situação começa, porém, a tornar-se perigosa, quando o estudante, seguindo a apresentação dos problemas dessa forma, tende a crer que realmente aquêles tempos bem remotos não foram mais do que uma época espiritual e culturalmente muito subdesenvolvida, crua e bem distante de certa perfeição.

No Vol. II dessa **História da Literatura Germânica**, em si brilhante e excelente como a obra total, verificam-se problemas semelhantes. E' natural, por exemplo, que o realismo primitivo do século XIX não possa entusiasmar o clérigo Kohnen, mas uma figura e realidade poética, como por exemplo Georg Büchner merece porém, na nossa opinião, um tratamento um pouco mais intensivo e positivo. Sabemos e lamentamos, provavelmente da mesma forma que Mansueto Kohnen, que o século XIX destruiu muitos valores básicos nos entregou problemas negativos demais. O nosso desprêzo, porém, não deve nos conduzir, cientificamente, a um ponto, em que deixemos de atri-

buir às pessoas e aos assuntos a maior vontade para entendê-los dentro de seu ambiente e tempo, nem deve impedir que encontremos os momentos positivos, que sem dúvida, nem deve impedir que encontremos os momentos positivos, que sem dúvida existem em alguém como Georg Büchner e em sua obra.

Assim, essa subjetividade de Kohnen pode até mesmo diminuir um pouco o valor indiscutível dessa obra magnífica, o que ainda é mais lamentável, pois não existe uma outra história desse gênero, tão brilhantemente escrita em português. Mas completa, profunda e instrutiva como é e também como exemplo de uma obra que apresenta um ponto de vista claro a respeito dos problemas, essa história nunca perderá seu valor. Mais tarde, talvez, ela possa ser completada por uma outra História da Literatura Germânica, que encare os problemas de um ponto de vista diferente do seu, para equilibrar a situação.

O que nos parece muito mais importante do que êsses defeitinhos, se quisermos realmente usar essa palavra forte, é o fato de que essa obra em geral está escrita numa forma bem clara e bem clássica. Hoje em dia as histórias desse gênero oferecem, freqüentemente, uma forma tão complicada e extraordinária, que o leitor normal muitas vezes mal pode acompanhar os pensamentos oferecidos. É quase uma mania a de escrever a história de uma literatura, aplicando todos os modernos complexos psicológicos e freudianos de uma forma excessiva. Isso pode ser, em casos particulares, um meio para esclarecer (ou esconder) os problemas existentes. Aplicando essa forma e método bastante ligados aos assuntos modernos e moderníssimos, ninguém pode criticar, pois realmente muitos assuntos literários e mesmo muitos poetas e escritores são bastante influenciados por essa mania um pouco anormal. Mas agindo dessa forma na explicação de épocas e de fenômenos, que ainda conservaram em si uma existência normal e uma saúde natural, êsse método fica bem problemático, sem dúvida. Daí uma porção de mal entendidos e explicações erradas e injustas para com épocas passadas. Felizmente, Mansueto Koh-

nen não pertence a essa classe de historiadores. Seu método e forma ainda apresentam aquela maneira clássica e clara, que não precisa de expressões extravagantes e obscuras.

E' lamentável, nessa obra, que as reproduções não tenham uma qualidade adequada ao nível geral. Lamentável é também, que uma obra como essa apareça apenas sob a form de brochur, quando mereci aparecer num forma definitiv, que correspondesse realmente ao seu extraordinário valor.

HERIBERT J. BELL

*

RÉGIO José. — **Filho do Homem**. Lisboa, Portugália Editôra, 1961, 60 pp.

Debruçar sôbre a poesia de José Régio é a certeza de nos debruçarmos sôbre uma consciência sempre alerta; uma consciência que sabe que todo passo é transcendental; todo momento, único; todo homem, um enigma dentro do cosmos...

Neste seu **Filho do Homem**, José Régio continua seguindo seu destino de poeta, como seguimos nós a correnteza das forças cósmicas que nos arrastam:

“Poeta sou! cumpro o meu Fado, estranho
Como o dum santo ou um louco!” (pág. 9)

“Poeta”, “santo” e “louco”. Esta curiosa aproximação metafórica nos revela bem a postura mental de Régio frente à natureza do Poeta: tal como o santo, através do misticismo liberador, e como o louco, pela perda da razão, o Poeta é um ser liberto dos limites convencionais do mundo: extravasado das estreitas fronteiras comuns aos mortais e a quem são franqueados os infinitos espaços metafísicos. Poeta na mais ampla acepção da palavra, Régio neste seu nôvo livro continua, como nos anteriores, desdobrando-se na dramática busca do “autêntico do Ser”, de um Ser liberto de tôdas as limitações impostas pelas convenções. E dessa intensa procura brotam seus densos diálogos com a Natureza (da qual êle se sente elemento integrante), com o próprio “eu” e com Deus.

“Meus versos que afinal sois naturais
Como as rosas, os montes, as nascentes.
De que abismos chegais?
Desceis de que vertentes?
(...)
Sou em que vos componho, ou vós que me criais,
Meus versos hoje nus e secos,
Meus versos que afinal sois naturais,
— Rosas e estrume, águas e lôdo, montes, ecos...?”
(pág. 68).

Entretanto aqui, já aquela angústia religiosa que tem marcado a sua lírica parece haver encontrado uma certa aquietação; já aquela patética procura de Deus, que freme em **Encruzilhada de Deus** não lhe parece lacerar a alma. Plenamente identificado com as manifestações sensíveis das forças naturais, irmanado com todos os elementos da Natureza, Régio já não parece tanto aquela “personagem dostoyewskyana”, conforme o classificou Hernani Cidade. A identificação com a Natureza: flôres, pássaros, rio, montes... o leva necessariamente ao Ser Supremo, enigmático ordenador do Universo, cujos desígnios nos escapam, mas que devemos singelamente aceitar.

“Feliz ou infeliz, que eu me não queixe,
Senhor! se uma vez mais a vida principia
E, quer te esqueça, ou não, durante o dia,
Tua presença me não deixe.
(...)
Assim, não possa já caluniar aquilo
Que não entenda, ou por demais julgue entender,
Assim, nos meus irmãos, não fira o próprio Ser,
E possa, ao vir a noite, adormecer tranqüilo.” (pág. 28).

Alma generosamente aberta para o mundo, para os homens, para Deus, José Régio se nos mostra todo nessa constante preocupação com a transcendental significação humana e na busca de total comunhão com o Todo.

Avido de sentir-se “existente” através da plena posse do seu “eu”, volta-se Régio para a emoção mais funda que possa talvez arrebatá-lo: o amor erótico. E’ êste o tema central dêste seu **Filho do Homem**, apoiado em outros temas es-

senciais: Deus, Natureza, Vida e Morte. Como verdadeiro “filho do homem”, nos dá êle bem a medida da importância vital que ocupam no ser humano as forças instintivas e de que maneira, entre a Vida e a Morte, o Amor — fogueira carnal que rompe as fronteiras do ser — é o dom supremo para os sentidos e para a inteligência.

“De cada vez que nos teus braços
Por uns momentos morro,
Nos abismos de mim o meu amor pede socôrro
como se à força alguém lhe desatasse os laços.
(...)

Entrar num corpo até onde se oculte
O para Lá do corpo — eis o supremo sonho”. (pág. 65).

Imergir no “para Lá do corpo”, no infinito, no inabarcável pela razão, eis uma das forças motrizes do poeta; força sempre presente em suas “fantasias eróticas”, em tôda a série “O Amor e a Morte”; onde naquele desejo de infinito podemos notar mais bem delineado que nunca o dualismo que poreja da sua obra: a vida racional e a instintiva. Homem do seu mundo e sentindo telùricamente a vida, mente moderna que luta por submeter a razão aos instintos, Régio evidencia em sua lírica o esforço por sujeitar-se ao instinto em tôda a extensão de suas potencialidades... Em certos momentos, o poeta chega a alcançar magistralmente o que pretende, como por exemplo em “União”, onde a intensidade de comunhão, anulação e abismo que o homem experimenta no amor nos atinge quase dolorosamente, com seu dualismo de fremente afirmação de Existência e paralelamente de Aniquilação.

“Tenho, ainda, o teu corpo nos meus braços...
(...)

Ai anular-te em mim sem te perder!
Aniquilar-me em ti, — mas sendo nós!” (pág. 29).

Tal ânsia de dissolução no Outro e de mergulho no mistério do infinito, sem perda da própria personalidade; ânsia que neste lado da vida só no erotismo parece encontrar real saciedade, marca definitivamente a poesia de Régio. Entretanto, por mais instintivo que êle queira ser, sua inteligência alerta

ali está a refrear os impulsos, a pensar as emoções. Sente-se, em Régio, que pensar o amor é uma condição básica da existência do próprio Amor.

“Nos teus braços teu corpo estremeceu,
Dêsse tremor o meu foi percorrido.
Colados, curva a curva, onde começa o teu?
Onde se acaba o meu? Teu e meu têm sentido?” (pág. 29).

No momento mesmo do sentir, dissocia sensibilidade e pensamento; “vê” como vibra, analisa suas sensações e é espectador de um espetáculo em que também é protagonista. A mulher através dela o homem pode afirmar-se vivo, embora viver aqui não signifique persistir, mas antes caminhar inapelavelmente em direção da morte. Assim, dentro do próprio extase amoroso o poeta pressente a morte que está vindo, que virá inexoravelmente:

“Brandamente, por vêzes, te desvio,
De mim, para melhor, depois, sentir
Que és bem tu que eu agarro, acaricio,
Bem tu que eu pude, em mim, fundir.
(...)

Se ela viesse agora. Aquela que em seu manto
De silêncio e ede sombra nos transporta,
Não seria melhor, meu doce encanto?:
Poder eu, ao morrer, ver-te já morta?” (pág. 30).

Na realidade, há um clima letal, invisível, envolvendo tudo na poesia de Régio; e dando-nos uma paradoxal visão da corrente vital: de suas próprias entranhas, da própria matéria surgirá o aniquilamento. Através de seus versos, a vida se expressa constantemente em função da morte, entretanto sentimentos que esta para o poeta não se apresenta como a antítese da vida, mas sim como outra forma de existência muito mais benigna, completa e desejável: uma existência onde sonhos e realidade, instintos e razão não prolongarão talvez seu eterno combate. A Vida são muros... muros que limitam, que se erguem “contra séculos erectos”, que “se fecham sôbre delírios”...

“Aqui, entre êstes muros,
Um Poeta viveu e envelheceu, cansado
De sonhar sonhos puros
E ser impuro e desgraçado.” (pág. 77).

E nesses dois últimos versos Régio condensa agudamente sua visão do drama humano: vive o Homem sonhando sonhos puros e está sempre condenado a ser impuro e desgraçado.

Poeta realizado, pleno, Régio mostra-nos mais uma vez, através dêste humaníssimo **Filho do Homem**, seu seguro caminhar pelas sendas poéticas, sendas que já marcaram definitivamente o fecundo campo da Literatura Portuguesa Contemporânea.

NELLY NOVAES COELHO